

Ano 4, Vol. IV, Número 2, jul- dez, 2020, p. 241-261.

TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS: COMUNIDADES PARAIZINHO E PARAÍSO GRANDE EM LUTA PELO DIREITO A TERRA E AO USO COMUM DOS RECURSOS NATURAIS

Klivy Ferreira dos Reis

Jordeanes do Nascimento Araujo

RESUMO

As comunidades Paraizinho e Paraíso Grande ficam à margem direita do Rio Madeira, ambas situadas no município de Humaitá-AM. Aproximadamente 40 famílias moram nas comunidades, distribuídas em 30 casas que se distanciam de 100 metros a uns 500 metros de extensão de uma moradia para outra. Assim, o presente trabalho buscou compreender os conflitos correspondentes ao direito das terras tradicionalmente ocupadas e ao direito sobre o uso dos recursos naturais daquelas localidades. Para realização do projeto foi feito um estudo sobre o processo de territorialização, regulamentação fundiária e dos direitos dos recursos naturais a partir dos conflitos sociais e jurídicos que os moradores vêm vivenciando ao longo do tempo. Desta maneira, destacamos as lutas constantes para a nomeação da posse de terra e o uso em comum de tais recursos.

Palavras-chave: Terras tradicionalmente ocupadas, Direito a terra, Recursos Naturais

TRADITIONALLY OCCUPIED LANDS: PARAIZINHO AND PARAISO GRANDE COMMUNITIES IN FIGHT FOR THE RIGHT TO EARTH AND COMMON USE OF NATURAL RESOURCES

ABSTRACT

Communities Paraizinho and Paraíso Grande stand to right bank of the Madeira River, both located in the municipality of Humaitá-AM. Approximately 40 families live in communities, distributed in 30 houses that distant from 100 meters to about 500 meters long of a dwelling to another. Thus, the present study sought to understand the conflicts correspond to right of the law traditionally occupied and to the right about the use of natural resources those localities. For realization of the project was realize a study on the process of territorialization, land regulations and of the rights of the natural resources to start of the social conflicts and legal that residents have been experiencing over time was done. This, we highlight the constants for the appointment of tenure and the use of common resources such struggles.

Keywords: Lands traditionally occupied, Right to land, Natural Resources

Considerações Iniciais

O ensaio aqui proposto é resultado do trabalho de campo “Terras Tradicionalmente ocupadas”: Comunidades Paraizinho e Paraíso Grande em luta pelo direito a terra e ao Uso Comum dos recursos Naturais, foi realizado nas comunidades Paraizinho e Paraíso Grande que ficam à margem direita do Rio Madeira, ambas situadas no município de Humaitá-AM. O trabalho buscou compreender os diferentes conflitos e as situações sociais envolvendo os comunitários do Paraizinho e Paraíso Grande pela posse da terra e pelo direito de uso comum dos recursos naturais, averiguar o papel social do estado para resolução destes conflitos e entender como os agentes sociais (comunitários) dialogam com as práticas jurídicas em reconhecimento enquanto povos tradicionais.

Neste sentido, o trabalho de campo nessas comunidades permitiu desvelar o contexto social referentes aos processos de territorialização dessas comunidades. Nesse aspecto, os processos metodológicos, a coleta de narrativas históricas, os diálogos realizados com os agentes sociais serviram de suporte para elucidar a origem conflituosa pela posse definitiva da terra e o uso em comum dos recursos naturais.

Consoante a isso, foi necessário desnudar o papel do Estado para solução dos conflitos e para a regularização fundiária, uma vez que, este está longe de ser resolvido, devido à inoperância e ao abandono do Estado para com estas comunidades tradicionais.

No entanto, vale ressaltar que durante o período de campo, o *lócus* da pesquisa (as comunidades tradicionais) e a cidade de Humaitá sofreu com a grande enchente do Rio Madeira em 2014, impossibilitando que alguns pontos estratégicos das comunidades fossem acessadas, para aquelas localidades. Algumas famílias se refugiaram na cidade até o término da cheia.

Posto desta forma, cabe expor que a pesquisa se distingue pela troca de experiências e de conhecimentos locais, uma vez que, ela continua sendo uma relação social de pesquisa com os agentes sociais envolvidos. Pierre Bourdieu (2008), ressalta que o pesquisador inicia a pesquisa expondo seus objetivos e o que pretende ser feito durante toda sua aplicação. Todavia, os efeitos da relação de pesquisa precisam serem iluminados

a luz da teoria como um esboço de auto análise sobre de atuação nos diferentes contextos da pesquisa.

Nessa perspectiva, procuramos fazer uma reflexão sobre os diferentes conflitos e as situações sociais envolvendo os comunitários do Paraizinho e Paraíso Grande pela posse da terra e pelo direito de uso comum dos recursos naturais. Nesse sentido, alguns interlocutores foram essenciais para compreender a própria dinâmica dos conceitos, Bauman (2003), Bourdieu (2008), Buber (2008), Leal (2007), Weber (1991), Hobsbawn e Ranger (1997), Severino (2002), Welch (2009), Almeida (2009) além disso, realizamos em parceria o Projeto Nova Cartografia social da Amazônia, para confecção de mapas sociais para dimensionar o uso dos recursos naturais pelas comunidades, bem como os inúmeros conflitos sociais decorrentes do uso dos recursos naturais.

Pensando com o conceito de “Comunidade”

Nos meados dos anos 1960 começaram a surgir novos conceitos sobre a ideia de comunidade¹. Isso ocorreu pela configuração de novos grupos minoritários que passaram a se aglomerar e conviver no mesmo espaço, no mesmo lugar, participando de forma espontânea e articulada politicamente dos acontecimentos em comum. Passaram então, a pertencer a aquele lugar específico, (uma comunidade tradicional baseada em modelos de solidariedade) através das relações mutuas entre os agentes sociais. Nesse sentido, comunidade pode ser pensada como um ambiente físico heterogêneo, formado por indivíduos sociais que comungam da mesma organização, princípios e valores, sendo eles históricos, sociais e culturais.

Zygmunt Bauman (2003), nos convida à refletir que “comunidade” é uma dessas palavras que transmitem uma sensação boa. Afirma o autor que ainda que pode ser associada como um lugar calmo, tranquilo, fazendo analogia de um verdadeiro paraíso.

Contrapondo este conceito de comunidade, que conota um lugar tranquilo, calmo e confiante, a realidade permite expor que a comunidade também sofre com os desafios sociais, a individualidade, o desprezo e a desconfiança. Segundo Bauman (2003:09),

¹ O termo comunidade é pensado aqui como um conceito analítico para compreender realidades empíricas. Ou seja, os usos sociais que do termo comunidade pelos agentes sociais que as usam de acordo com suas situações e visões de mundo (ARAUJO, 2012, AALMEIDA, 2010).

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

“aquela comunidade que transmite sensação boa é um tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance – mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir”.

A comunidade também está sujeita a desconfiança, devido à atuação política dos seus agentes sociais. Bauman (2003) sugere a mitologia grega como analogia, ou seja, o momento em que Tântalo filho de Zeus e Plutó quebram as excelentes relações que tinha com os Deuses do Olimpo. A desobediência de Tântalo, ao revelar mistérios divinos aos homens, no qual eram para permanecer ocultos aos humanos. Por esta quebra de desobediência, Tântalo recebeu de imediato uma punição severa por ter sido desleal aos deuses pertencentes de sua comunidade. No contexto atual, nota-se que nas “comunidades tradicionais” existem inúmeros problemas sociais como de Tântalo, principalmente em relação a regularização fundiária e o uso comum dos recursos naturais, conflitos sociais que perduram pelo contemporâneo.

Pode-se dizer que o conceito de comunidade não é algo pronto e acabado, é um conceito sempre em construção. E, isso depende muito de como os agentes sociais fazem uso do conceito em realidades empiricamente observáveis. Desta forma, aquela visão calma, idílica, passa a ser rompida com as contradições decorrentes das relações sociais travadas no seio da comunidade, com isso, a visão paradisíaca torna-se uma ilusão diante do conflitos atinentes e inerentes aos agentes sociais.

Tais conceitos como os de Bauman, Victor Turner (2008) destoam das proposições pensadas por Robert Redfield (1971) e Ferdinand Tönnies que imaginavam um tipo de “comunidade isolada do mundo, sem relações com o exterior:

Numa verdadeira comunidade não há motivação para a reflexão, a crítica ou a experimentação; mas apressar-se-ia a explicar que isso acontece porque a comunidade é fiel à sua natureza (ou a seu modelo ideal) apenas na medida em que ela é *distinta* de outros agrupamentos humanos (é visível “onde a comunidade começa e onde termina”), *pequena* (a ponto de estar à vista de todos seus membros) e *auto-suficiente* de modo que, oferece todas as atividades e atende a todas as necessidades das pessoas que fazem parte dela. A pequena comunidade é um arranjo do berço ao túmulo (REDFIELD, 1971: 4).

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

Nas palavras de Redfield (1971), pode-se perceber que a comunidade é um espaço idílico, natural, diferenciado dos outros agrupamentos humanos, em que suas necessidades são parcialmente atendidas pelo fato de viver-se em unidade, na qual, a comunicação é uma ferramenta fundamental para os membros que a compõem.

No entanto, as realidades empiricamente observáveis (Paraizinho e Paraíso Grande) nos evidenciam outra ideia de comunidade, ou seja, que diante das relações formais regida pela norma, entre as pessoas e os grupos sociais, há sempre o perigo da ruptura social, como diria Turner (2008:33) “seja numa aldeia, numa chefatura, partido, ou qualquer outra sistema, conjunto ou campo de interação social, tal ruptura é sinalizada pelo rompimento público e evidente, ou pelo descumprimento deliberado de alguma normal crucial que regule as relações entre as partes”.

Nessa perspectiva, a comunidade está em constante desequilíbrio social, as relações sociais permeiam as formas de comunicação externas e internas da mesma. Para tanto, a heterogeneidade surge como uma ferramenta que difere os membros de uma “comunidade” em relação aos conflitos inerentes as diferenças apresentadas no seio social.

Nesta construção do conceito de comunidade, é pertinente destacar que o socialismo seria um fator a favor de uma “nova comunidade” tão aguardada por todos, pois a visão socialista é completamente utópica mediante as diferenças impostas pela influência do poder neoliberal presente na sociedade envolvente. Nesse sentido, o individualismo está presente neste modelo de sociedade, em contraposição aos valores da vida coletiva baseada em relações de solidariedade mútua.

As comunidades ditas “pequenas” são consideradas sociedades diferentes de outras comunidades maiores por ainda viverem através de um modo de vida que agrega suas relações com o território, com as formas de preservação de um território de uso comum.

Dessa feita, entende-se que uma comunidade não é apenas um espaço físico, é também um espaço social e cultural, organizado e estruturado. Os agentes sociais que nela vivem, participam democraticamente dos diferentes conflitos sociais e as situações do direito a posse da terra, na tentativa de resolver as mesmas de forma jurídica para o

reconhecimento enquanto povos tradicionais no caso das comunidades Paraizinho e Paraíso Grande.

Entrementes, a comunidade pode ser considerada um ambiente de relação recíproca, em que podem ser partilhadas suas necessidades entre os agentes comunitários, através do diálogo, que é fator, também da relação do particular/eu com a realidade/outros.

Adentrando-se especificamente nas situações sociais correspondente a posse da terra das comunidades tradicionais, Clifford Andrew Welch (2009: 52), delinea que “o monopólio feudal da terra já por definição é restrito do progresso econômico e social, mas não em elevado grau quanto o é o monopólio colonial, feudal e escravista da terra”. Desta forma, o uso da terra era complementarmente exclusivo a sociedade capitalista, bem como os recursos naturais da agricultura da época.

Com o desdobramento do território, o número de capitâneas eleva-se a dezenove, por onde se espalhavam perto de três milhões de habitantes, entre as quais era considerável o número dos chamados “ociosos” ou “vadios”, isto é um enorme contingente de pessoas desocupadas, a quem o monopólio da terra, em sua primitiva feição a menor de possibilidade de trabalho remunerado (Prado Júnior, 1942, p. 1942. In Clifford Andrew Welch, 2009, p. 53).

Neste viés de sociedade capitalista, no Brasil coexistiram sempre economia fechada e economia de mercado desde os primeiros tempos coloniais. A economia fechada condiz ao modo de vida das famílias, a economia de mercado diz respeito às plantações para exportações envolvendo as comunidades tradicionais e a agricultura familiar. Neste aspecto, nota-se a importância da descrição de comunidade tradicional e urbana, bem como:

Os bairros são comunidades de habitação dispersa, centralizados por pequeno núcleo de meia dúzia de casas em torno de igreja ou capela; para atingir todas as casas são necessárias caminhadas longas por picadas, e os recenseadores desdenham fazê-las – limitam-se a perguntar no núcleo quantos aos habitantes mais ou menos há por ali (WELCH, 2009: 60).

Portanto, a partir do retalho do conceito de comunidade, enfatiza-se os aspectos políticos da época que ao longo dos meados do século XIX, surgiram “as brechas, os flancos mais vulneráveis do opressivo sistema latifundiário, com a implementação principalmente ao sul do território nacional, e em bases estáveis, de outros tipos menos agigantados e mais modestos de propriedade agrária”. (GUIMARÃES,1963: 45). Deste modo, foi possível conceituar a ideia comunidade, partindo dos pressupostos teóricos até chegar-se no termo comunidades tradicionais.

Conflitos pelo uso da terra comunal

As comunidades tradicionais, Paraizinho e Paraíso Grande, ficam situadas no município de Humaitá-AM, à margem direita do Rio Madeira. Aproximadamente 40 famílias moram nas comunidades, distribuídas em 30 casas que se distanciam de 100 metros a uns 500 metros de extensão de uma moradia para outra.

Contudo, nestas localidades existem graves conflitos envolvendo agricultores tradicionais, extrativistas, ribeirinhos e outros agentes sociais pela posse definitiva da terra e ao uso em comum dos recursos naturais. Esses conflitos foram tornando-se maiores e mais agravantes ao longo dos tempos, cenário este que as comunidades vivem hoje.

Desta maneira, a pesquisa buscou averiguar o papel social do Estado para resolução destes conflitos e entender como os agentes sociais (comunitários) estavam, estão dialogando com as práticas jurídicas em reconhecimento enquanto povos tradicionais.

Por conseguinte, os órgãos competentes responsáveis pela regularização fundiária devem dar maior credibilidade de como está sendo articulada pelos comunitários a posse definitiva da terra e o uso dos recursos naturais. A propriedade da terra ainda não existe, porém os agentes comunitários têm o direito à concessão de uso dessa terra. Um dos conflitos mais grave é o arrendamento da localidade, a saber:

Temos uma associação a gente mora aqui a tantos e tantos anos e não temos uma documentação que constate que somos moradores desta comunidade a não ser um contrato de arrendamento. Uma documentação definitiva que constate que somos dono dessa comunidade é o mais importante. (Extraído da reunião pública na comunidade Paraizinho)

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Consoante a isso, o conflito que incomoda a vida dos comunitários é o arrendamento da posse de terra. Tal conflito é vivenciado nas comunidades Paraizinho e Paraíso Grande, pois o uso da terra é dado através de contrato que dar o direito de desfrutar dos recursos nelas existentes, sem o direito de usufruto legal como dono do imóvel fundiário. De fato, tal conflito pelo uso da terra nessas comunidades se arrasta desde o tempo do seringal. Tais áreas de seringais foram arrendadas ao longo dos séculos por diversos supostos donos de terra que adquiriram o direito de uso e exploração dos recursos naturais pela lei de terras de 1850. A história do processo de territorialização de ambas as comunidades, tornou-se uma luta constante que torna difícil de regularizar-se. Ressalta Leal que,

A realidade que permeava os conflitos naturais (borracha e castanha) e o processo de territorialização no Rio Madeira foram grandes devido o direito de demarcação da terra naquela época e o processo de territorialização que se tornou um conflito entre os lavradores acusados de donos dos castanhais e os proprietários. (LEAL, 2007: 70).

Segundo Leal (2007) mediante aos sofrimentos e perseguições pelo uso dos recursos naturais, os agentes sociais nas comunidades no rio Madeira, ainda conseguiram resistir através de denúncias feitas nos jornais de época. Principalmente, o jornal Humaytaense, retratava em suas edições semanais diferentes formas de conflitos envolvendo o uso dos recursos naturais como coleta da castanha, arrendamentos de terras indevidas por seringalistas e empresários de Humaitá.

Nessa perspectiva, no final do século XIX Max Weber já apontava que “uma relação social denomina-se uma “relação comunitária” quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular ou em medida ou no tipo puro – repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer afetiva ou tradicionalmente do mesmo grupo” (WEBER, 2000: 25). Por esse viés, as relações sociais entre os agentes sociais das duas comunidades é algo que possibilita a luta coletiva pelo processo de territorialização daquelas comunidades, bem como o uso dos recursos naturais.

O processo de territorialização da extração borracha na metade do século XIX, torna-se o agravante dos conflitos, pelo fato da borracha ser o produto mais relevante da economia e as relações sociais tornam-se fundamentais para este processo. Assim, a

preocupação não era acerca da terra, e sim de sua produtividade fértil, neste caso, a coleta do látex e sua transformação em borracha.

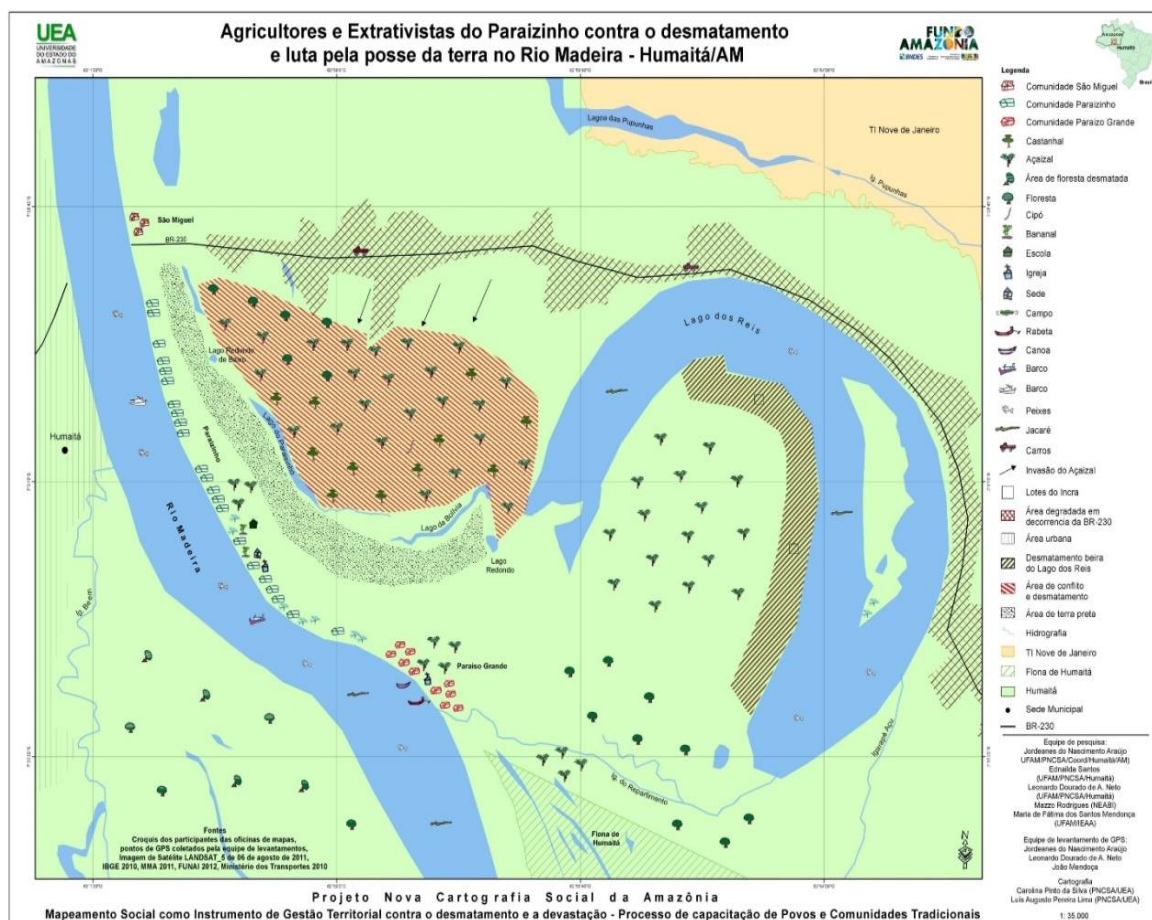
Neste contexto, percebe-se que tais conflitos vivenciados no contexto do seringal, ainda se encontram presentes nos dias atuais em relação à posse definitiva da terra que são encontrados nas comunidades tradicionais Paraizinho e Paraíso Grande, principalmente na coleta de açaí, castanha e outros produtos naturais.

Pensando os contextos das Comunidades Paraizinho e Paraíso Grande

Nesta parte da pesquisa será apresentado os resultados obtidos durante a coleta de informações, por meio das transcrições das narrativas coletada com os moradores das comunidades mais antigas das comunidades Paraizinho e Paraíso Grande. Tal procedimento metodológico nos ajudou a compreender os diferentes conflitos e as situações sociais envolvendo os comunitários do Paraizinho e Paraíso Grande pela posse da terra e pelo direito de uso comum dos recursos naturais. Do mesmo modo, pudemos averiguar o papel social do Estado para resolução destes conflitos e entender como os agentes sociais (comunitários) dialogam com as práticas jurídicas em reconhecimento enquanto povos tradicionais.

Mediante a realização da pesquisa nas comunidades tradicionais Paraizinho e Paraíso Grande, constatou-se que os agricultores tradicionais e os extrativistas se posicionaram sempre contra o desmatamento ilegal e a pesca ilegal nos lagos que rodeiam as comunidades.

Nesse sentido, a luta pela posse da terra no Rio Madeira, principalmente em Humaitá tornar-se um agravante pela inoperância do Estado em solucionar as regularizações fundiárias, ao mesmo tempo, que contribui com desmatamento ilegal na beirada dos lagos de pesca em não fiscalizar as ilegalidades com o meio ambiente como ilustra o mapa social abaixo.



Fonte: Laboratório Nova Cartografia social Humaitá/IEAA. 2013

As transcrições das narrativas permaneceram da mesma forma que foram gravadas pelos agentes comunitários, respeitando os aspectos fonéticos e fonológicos da Língua Portuguesa. E por questão de ética, foi entregue com antecedência um termo de Livre Consentimento para que os nomes dos entrevistados fossem citados no corpo deste trabalho.

Portanto, os procedimentos metodológicos contribuíram para o entendimento e a interpretação das análises a partir dos diálogos realizadas com os agentes comunitários. Tais narrativas evidenciaram os infindáveis conflitos de terras e o uso comum dos recursos naturais das comunidades. Do mesmo modo, desnudou, a falta de regularização fundiária, que poderia ser feita pela a ação do Estado. A ausência de Políticas Públicas específicas em prol de resolver tais conflitos foi outro fator agravante presente nas

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

narrativas das lideranças, algo que precisa ser reparado na tentativa de garantir o direito definitivo pela posse da terra e pelo uso comunal pelos comunitários.

Postas tais questões, passarei a apresentar as narrativas (orais) dos comunitários² de sete moradores das comunidades, que diferem da lógica dos textos escritos, dado que as narrativas orais, além de reconstruírem os eventos no contexto do seu esquema cosmológico mais amplo, norteiam um tempo da comunidade em movimento. Como veremos, quando assinalam os conflitos desde o tempo do seringal, por exemplo, traçam também, neste movimento, as defesas, as estratégias de suas comunidades frente aos impactos decorrentes dessa relação com o seringalista, com o arrendatário. Cada agente social forjou uma memória biográfica da transformação do seu Habitar. Outros contextos de fala sobre a construção da estrada também emergiram a partir de diálogos com alguns anciãos que à época da construção da comunidade somavam aproximadamente 30 anos de idade. Suas falas, localizadas no evento, se revelam como “narrativas biográficas” (KOFES 2015), permeadas por eventos conflituosos, por dramas sociais decorrentes das múltiplas relações com o seringal e os agentes sociais que por ela circulam desde a sua criação enquanto comunidades de uso e de fala.

Primeira Narrativa

Tenho 86 anos daqui nunca sai pra canto nenhum criei todos os meus filhos tudo só aqui. Onde a senhora morava? Lá no lago dos Reis, lugar Santo Inácio lá que nasci e me criei, lá. Como era os peixes tambaqui, tinha muito? Muitos peixes, muito peixe, peixe que, quando a gente que quando saía de canoa, tinha vez que era capaz de alagar a canoa eles pulando de um canto pro outro. Mais era tambaqui, num era um desses tamaíño de agora não. Pirarucu a gente tava na beira do barranco, eles com filhotinhos na cabeça parecia jacaré abanando de tanto pirarucu que tinha muito peixe, peixe, peixe. A senhora casou lá mesmo? Casei lá, tive meus filhos a metade lá, ainda tive cinco aqui quando sai de lá pra cá, ainda tive cinco aqui no Paraízinho. A senhora saiu lá assim de lá por quê? Por que o irmão do meu marido era aviado aqui no Paraízinho ai ele quis que ele saísse de lá do patrão lá no Paraíso pra vim pra cá pra morar pra trabalhar com ele aqui quando chegou aqui não deu certo ele brigou com o irmão, o irmão brigou com ele, aí ele passou de novo lá pro patrão lá no Paraíso. Aviado como é que era? Ele tomava

² As narrativas indígenas que apresento fazem parte de narrativas maiores, nesse caso, o que transcrevo são partes direcionadas de um todo, isso não quer dizer que a totalidade não esteja presente. Cada narrativa contém, em média, entre 30 a 50 páginas transcritas sobre diversas questões indígenas desde o papel da liderança e suas formas de atuação, bem como os conflitos decorrentes da construção da BR-230, além disso, registra-se o preconceito sofrido nos centros urbanos do sul do Amazonas e as formas de resistência criadas para enfrentar os desafios dos novos processos de territorialização causados pela ação estatal.

conta aqui do Paraíso, do Paraízinho, era patrão daqui do Paraízinho, com todos os moradores que tinha aqui, o resultado foi ele despedir tudinho ficou só. Ai as pessoas vierem pra cá e fixaram morada né? Aqui ficou morada, tinha muita gente aqui, mais alimpou o lugar. Botou tudo pra fora. Quem era? Antônio Costa irmão era do meu marido, ai nós viemos pra cá e aqui faleceu aqui e estamos até hoje graças a Deus. Os filhos casaram tudo daí ficou só a senhora? É só com o filho mais velho mora comigo e nunca casou, nunca teve mulher, as minhas filhas moram tudo em Porto-Velho passo um tempo aqui e outro pra lá sigo levando a vida. Como era a vida na comunidade quando a senhora chegou aqui? Não era comunidade tinha muita gente morando aqui, tinha muito fregueso aqui, morava aqui, ai o cara foi botando de um por um acabou alimpando tudo, mais era muito bom e até agora os vizinhos muito bom também. Até agora graças a Deus. Como foi pra vim as pessoas que nem os padres e as freiras? Ah, depois quando a Irma Luiza começou vim ai fizeram a igreja ali mais embaixo né, ai a irmã começou a frequentar pra cá trazia muita gente, nós trabalhava em ni horta, verdura e outros tinha costureira fazendo ensinando costura. MARIA DA CONCEIÇÃO MENDONÇA

Segunda Narrativa

Em 74 o Bispo Dom Miguel D'Aversa andou comprando terras pra colocar as igrejas ai em 74 foi quando ele fez lá também em Auxiliadora que ficou até hoje, né? Auxiliadora comunidade de Auxiliadora e também ele colocou o nome dessa comunidade da Igrejinha Nossa Senhora Auxiliadora foi o Bispo Dom Miguel D'Aversa. Em 74? Era bom esclarecer esse trecho ai de 61 a 74, quem lembra? (seu João, dona Maria, seu Rodrigo comentem um pouco porque tem umas versões diferenciadas). Por que realmente essa comunidade pelo que eu fiz pesquisa, fui fazendo pesquisa também eles fixaram moradia aqui pra facilitar mais o transporte da borracha que era muito distante, né! Pra eles irem pra lá. Aqui também sempre teve o Seringal, Paraízinho lago do Paraízinho sempre teve aqui. Aqui sempre foi do Paraíso Grande as terras do Paraíso Grande. O Paraízinho veio o nome Paraízinho devido o Lago do Paraízinho. Lá que tinha morador. Os moradores moravam lá, devido centro da borracha ser lá, e lá, aí foi de lá que veio, fixaram morada aqui pra aqui também que é mais fácil pra ir pra o Humaitá. Dona AUXILIADORA

Terceira Narrativa

Sr JOÃO RODRIGUES

Em 62 nós viemos também pra beira do Paraízinho, lá tinha cinco casas aí inteirou seis com a nossa, morava Chico Sapo, Devaldo, Pelado. Morava seu Dionizio ai chegou nós pra morar lá, centro do Paraíso, Lago do Paraízinho mais os seringueiros, os seringais eram chamados de centro. Todas colocações tinham nome ai tinha mais embaixo Joari ai ia passando por São Miguel ai tinha Cigano ai assim como ela falou vieram pra cá porque o patrão que tinha na época era seu Juquinha ai antes o Paraíso era dominado só por uma pessoa assim. Entendeu? Mais era muito grande o espaço ai eles foram criando esse tal aviado ai colocaram um lá no Salomão, colocaram outro no Buiucu com

Samuel José Reis no Buiucu era seu Dodó colocaram aqui no Paraízinho o cunhado dela seu Antônio Costa e lá no São Miguel seu Ângelo. Aí foi que o povo veio se destacando vamos dizer assim, saindo das localidades do Centro fazendo moradia aqui. Na época que a tia Maria chegou aqui o seu Felício já morava aqui. Tio Felício porque ela veio parece se não me engano vocês vieram pra casa que era do Chico Rosa. Seu Chico Rosa já tinha saído por outro lado do Rio ai eles vieram pra casa do Chico Rosa, Tia Maria, Tio Felício, Seu João Rosa ali embaixo e seu Vitor Rosa e mais embaixo doutor Ricardo eram essas cinco casas que tinha aqui o Paraíso Grande até chegar na casa do aviado.

Na primeira narrativa, destaca-se a história da comunidade do Paraízinho narrada pela moradora mais antiga que relata como essa comunidade foi se estruturando até os dias atuais, passando por dificuldades territoriais desde o seringal até o contemporâneo. Tais conflitos se perpetuam no contemporâneo. Nessa narrativa, percebemos que a presença do aviado, pessoa responsável pela comunidade era bastante presente. Hoje temos a presença do arrendatário que cobra pelo uso da terra. Neste fragmento destaca-se como se deu o processo de construção da comunidade do Paraízinho, a saber:

Quando eu cheguei aqui, eu cheguei em 61, não era comunidade, tinha muita gente morando aqui, tinha muito freguês aqui, aí o cara foi botando de um por um, acabou alimpando tudo, mais era muito bom e até os vizinhos são muito bom também (Dona Maria da Conceição Mendonça, 2014).

Quando a Irmã Luiza começou a vim, fizeram igreja ali mais embaixo né, foi 74, foi o tempo que a Trindade veio, aí a irmã começou a frequentar pra cá, trazia muita gente, nós trabalhava em horta, verdura e outros, tinha costureira fazendo, ensinando costura (Dona Maria da Conceição Mendonça, 2014).

Neste contexto, sublinha-se a importância do espaço geográfico, na povoação daquelas comunidades tradicionais e os acontecimentos seguiram de forma cronológica. Visualiza-se também a presença da igreja católica, a religiosidade, a catequese e as celebrações de Santo. Ressalta-se que, aqui vemos fragmentos dos usos dos recursos naturais em comum que hoje é uma situação que gera conflitos de toda ordem.

Na segunda narrativa, percebe-se uma presença muito forte da Igreja Católica correspondente a compra de terras para fixar as igrejas naquele território. Outro ponto de grande destaque na fala de Dona Auxiliadora, são suas lembranças do trabalho no tempo do seringal, principalmente, sobre o transporte da borracha pelos igarapés distantes. Nas memórias antigas, o Seringal do Paraízinho pertencia às terras do Paraíso Grande, o nome Paraízinho se originou devido o Lago do Paraízinho segundo relato da moradora. Além

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

disso, o seringal Paraizinho foi o cenário no qual Ferreira de Castro, escritor escreveu o romance *A selva*, que detalha os processos de “pacificação” do Estado com os Tupi Kagwahiva.

Assim, narrativa de Dona Auxiliadora está relacionada às situações da posse da terra, do uso dos recursos naturais em comum, dos Seringais que notadamente está presente no contexto social das comunidades, Paraizinho e Paraíso Grande. Reitera-se que no período de 1961 a 1974 há versões diferenciadas dos relatos de construção de moradia naquelas localidades.

Na terceira narrativa, Seu João Rodrigues narra sua vinda para fixar moradia no Paraizinho. O mesmo relata que no período de 1962 existia um pequeno povoado com cinco casas somente. Os usos dos recursos naturais aparecem aqui como principal fonte de economia, pois os seringais eram tidos e/ou chamados de centro, em referência à beira como o lugar da cidade, do comércio, das relações sociais. Ressalva-se na fala do Seu João Rodrigues que,

Antes o Paraíso era dominado só por uma pessoa assim. Entendeu? Mais era muito grande o espaço, aí eles foram criando um tal de aviado. Colocaram um Salomão, colocaram outro no Buiçu. Colocaram aqui o Paraizinho, aí o povo veio se destacando vamos dizer assim, saindo das localidades do centro, fazendo moradia aqui.

Nesta narrativa, vê-se notadamente o processo de territorialização³ que inicia-se com os grandes seringais do Madeira no decorrer do tempo. Ilustra como as moradias dos agentes comunitários foram sendo fixadas na comunidade, as formas de trabalho e as relações de trabalho com o seringalista, e como isso ocasionou no presente a falta de regularização fundiária.

Quinta Narrativa

Sou João Calixto Mendonça, eu nasci aqui no Paraíso, no lugar de nome Centro, no Santo Inácio, na beira do Lago dos Reis. O primeiro dono era o Firmino Monteiro, depois que ele morreu, chegou os herdeiros. Muita gente de Humaitá vinha passar o fim de semana aqui no Paraíso porque a animação era muito boa. Nós era bem unido, parecia

³ Segundo Oliveira (2015:41), os processos de territorialização têm como função descrever a distribuição de poder dentro de diferentes quadros interativos, facilitando a comparação entre os variados e complexos contextos históricos, favorecendo identificar os fatores responsáveis pelas mudanças, bem como formular hipóteses que possam explicar as transformações.

uma irmandade. Tinha os comboios que iam buscar a borracha, os animais, os cavalos, tinha o varador, e hoje acabou tudo. Quem ver hoje, não diz o que tinha.

Isso aqui era estrada de seringa. Foi aberto, a abertura de moradores pra cá, foi em 1953. Os coronéis iam buscar os seringueiros, traziam eles naquelas embarcações como se fosse assim, como se fosse uma mercadoria. Quando deixava no lugar já não era como eles tinham feito a cabeça dos fregueses. Mudou tudo. E a pessoa já não tinha como voltar, era jeito ficar ali mesmo. Mas eu digo pra vocês, por onde eu andei com os patrão o melhor foi aqui, porque nunca ouvi grito de patrão, com dois quiseram gritar em cima de mim, mas eu nunca dei razão pra ninguém pegar meu braço e torcer.

Em 1953, a terra era boa pra fazer o plantio, a roça, o tabaco, então como eles tinham aquela profissão vieram pra cá, muita gente, gostaram, foram acrescentando as casas. Aí, o Dom Miguel tomou de conta porque ficou com pena de ver tanta criança sem saber fazer o seu nome. Ele falou pro herdeiro do dono do lugar que foi o A. Monteiro e ele comprou cem metros de frente com cem de fundo. E tanto que isso foi em 1974, ele fez uma capela, no entanto, na era que ele tava rezando a missa dele era capela e na hora que os professores estavam lecionando, dando aula pros alunos era escola.

E hoje, teve essa estrada que passou aqui ficou cortado no meio esse lugar. Tem um lugar chamado Garapeçu e lá tinha um centro que eu conheço, andei até lá, é extrema dos indígenas, por nome Todos os Santos, então daquela comunicação que tinha com os índios, com as pessoas que amansaram eles, então essa produção que eles tinha vinha tudo pra cá, pro Paraíso. Outros que pertencia pro lado dos Lobo ia pra lá, e outra ia pro Garcia que amansou eles, justamente ficava lá no Maici, esse Garcia foi quem amansou os índios. Então era muito arriscado o ano que meu pai chegou aqui, o ano foi 1908.

Vou dizer até o tanto de centro que meu pai tomava de conta e meus tios também. Olha gente, meu pai tomava conta do Santo Inácio, onde eu nasci e me criei, tomava conta da Bolívia e tomava conta de outro centro chamado Paraisinho, justamente é a porta dessa que nós tamos aqui na frente, Joari, Centrinho, Cupinha, Camaratuba. is bem esse Camaratuba, era justamente. Esse lugar que é dos indígenas hoje. Justamente era do, do irmão do governador D. Plínio Coelho, o nome dele era Antônio Coelho, eu conto tudo isso por motivo de eu saber porque tudo isso passava pela mão de meu pai. Pois bem, Camaratuba, Independência e Escondido. Já meu tio tomava conta do Garapeçu, Cipal e a ilha, por nome chamava Ilha. E tanto por Todos os Santos, Mocó, tomava conta também do Punhuçul. Esse Ferreira de Castro, esse escreveu esse livro, como muita gente que não conhece, diz que nunca aconteceu esse camarada ter morado aqui, sim, meu pai, como já disse era que ele chegou aqui, 1908, ele escreveu embaixo de uma sapotizeira, muitas palavras ali, embaixo dela. E por bem, quando foi feito esse livro, teve muita gente que disse que ele trabalhou em Todos os Santos, ele disse que foi atacado por índios e que ele tinha matado um indígena. Não, eu digo que não, não foi do meu tempo mas meu pai passava pra nós. Os índios atacavam sim, jogavam flecha, o lugar que eles mais atacavam era nesse Igarapé Açu, justamente o varadouro de Todos os Santos ia sair lá. Foi o mateiro quem matou o índio, não foi o Ferreira de Castro. Tinha as carroças, os bois levava a madeira pra fazer essas pontes. Tinha duas pontes do Paraíso até o Santo Inácio. Do varadouro da Pupunha, tinha outra ponte. No varadouro do Garapeçu tinha outra ponta justamente onde que tá no mapa que nos fizemos, por nome de Repartimento, era outro Igarapé que ia sair do outro lado do Lago dos

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

Reis. Como eu tava dizendo, como era o Paraíso, e pra hoje, quando eu vejo o meu filho, ele me diz, papai como o Sr. ficava acreditando que essa terra toda aqui da frente era da firma do Sr. Monteiro, digo sim, eu te digo que sim, porque naquele tempo dos coronéis, eles já chegava e dizia esse lote aqui é meu, então onde você vai comprar é de fulano de tal. Então, aqui o Paraíso, já era daqui pra baixo, já era extrema com os Lobo e daqui pra cima com os Brasil, José Brasil. O Paraíso era tão bem organizado, a firma, que a borracha que nós fazia, que as vezes as pessoas dizia que a borracha de fulano de tal deu entre fina, porque botou sarnambi, botou terra. Tinha uma placa, eles colocava o nome Paraíso, do outro lado colocava a mesma firma do dono, que era SM e colocava o seu número, cada seringueiro tinha o seu número, tinha 120 estrada aqui, como o nosso país faltou essa produção de borracha, 22 toneladas de borracha dava aqui o Paraíso, como eu vi eles pesarem. Naquele tempo dos coronéis, a produção era só pra aquele barracão tanto fosse a produção da seringa, borracha, da castanha e do peixe como pirarucu. Havia muita fartura, muito pirarucu, hoje você anda na beira do lago dos Reis e não vê um pirarucu boiar, era de uma cabeceira a outra. SR. JOÃO MENDONÇA.

Na quarta, quinta e sexta narrativas são memorizadas as atividades tradicionais realizadas pelos agentes sociais, ao mesmo tempo, dialoga-se com os conflitos pelos recursos naturais das comunidades Paraizinho e Paraíso Grande com o “suposto dono de terra” e outros agentes sociais como “atravessadores”. Esses conflitos que perduram desde o tempo do seringal, são denunciados constantemente pela associação dos moradores das comunidades juntamente com a ajuda de algumas instituições como, a Universidade Federal do Amazonas e ICMbio que tentam conscientiza através de palestras e formação política que possam ocasionar possíveis soluções desses conflitos que permeiam a realidades das comunidades.

Diante deste cenário, os conflitos permeiam a vida dos moradores e tendem a aumentar com a presença de pescadores ilegais, madeireiras ilegais, atravessadores de castanha. Fora isso, a posse definitiva da terra envolvendo os ribeirinhos, lavradores, comerciantes e outros agentes comunitários, continua sendo o maior problema social vivenciado pelo agentes sociais. Deste modo, o papel do Estado para solução desses conflitos, continua conivente com os problemas de regularização fundiária, favorecendo os detentores de títulos e reforçando a grilagem em todo o Estado do Amazonas.

Sexta Narrativa

Nós temos algumas reivindicações, uma que me chamou bastante atenção no decorrer dessa reunião é a fiscalização ambiental contra as pessoas de fora que não pertencem à

comunidade e estão desmatando ilegalmente as madeiras, os açaí, a castanha, a qual por lei é nossa, nós que preservamos este lugar há tanto tempo. A cada dia que passa, a cada ano que passa as coisas vão diminuindo e nós como só queremos preservar para nossa própria subsistência, nós temos que reivindicar sobre a fiscalização ambiental. Agora como viu no lago dos Reis, aqueles lotes que o INCRA deu pra essa gente, que eles tão fazendo, desmatando na beira do lago, invadindo também o nosso açaizal e nós não podemos fazer nada, já chamamos o ICMbio, pra ver essa questão, mas eles não dizem nada, fica o dito pelo não dito. Sr. Maria da Conceição.

Sétima Narrativa

Meu nome é Rodrigues Ribeiro de Oliveira, eu nasci em 1952 lá na localidade da Galileia. Meu pai era seringueiro. Nessa época o Paraíso tinha como gerente Sr. Juquinha. Plantamos roça aqui na beira do rio e se damos a conhecer com a Tia Mariquinha que já tinha chegado, o Tio Felício, seu João Rosa, seu Vítor Rosa. Tinham quatro casas de arrendatários, lavradores. Com onze anos já ajudava meu pai a cortar seringa, a pescar. Nos anos 70 surgiu o Projeto Paranapanema, Transamazônica e aí povoou todo o Paraíso. Veio muita gente se instalar como agricultor.

A propriedade era protegida por ordem do patrão, não desmatava, só matava para comer. Depois da construção da Transamazônica o povo começou a atingir de maneira agressiva aqui, explorando todas as áreas, aqueles que pegaram lote na beira da estrada procuraram logo invadir, começaram a invadir, foram invadindo todas as áreas. Antes disso aí, nós já tinha aqui na comunidade a horta comunitária, foi criada pelo bispo D. Miguel, assessorado pela irmã Joana, a irmã Naldilia, a qual prestava serviço religioso como catequese e missa. Nesse período houve uma enchente muito grande e muita gente migrou daqui, mas muito outros retornaram. Então, a gente foi sobrevivendo aqui conforme as necessidades da gente determinava. O patrão em exercício ainda era o Sr. Alfino, então foi o tempo que ele fracassou como político, porque não ganhou a política, ficou decepcionado e preferiu entregar pro estado toda a propriedade. Antes dele sair daqui da colocação, da propriedade, ele chamou todos os freguês, se reuniu com os aviados, com todas as pessoas que tinha aqui e orientou pra que a gente tomasse conta da área que habitava que não vendesse e não deixasse mais ninguém entrar porque ele já tava indo embora, porque ele já tinha tirado um lote lá na beira da estrada no Km 15 e ia morar com outra mulher que ele já tinha arranjado. Então, de lá para cá, o Sr. Luiz Carlos, que foi vereador em Humaitá, entrou como arrendatário pra tirar madeira aqui do Paraizinho, madeira goiabeira, ficou, tirou período de dois invernos, depois entrou com as máquinas por aí, desistiu e entrou Sr. Nelson Vanaze? Como quem tinha arrendado a terra. O caso, arrendamento, quando o Sr. Alfino falou pra gente que tava deixando, ele disse pra gente que já tava terminando o período de seu Vanaze porque ele tinha arrendado por oito anos, já tava com seis anos e que faltava apenas dois anos pra terminar o contrato de arrendamento.

E nós ficamos aqui, trabalhando, todo esse tempo, acreditando que ele fosse apenas um arrendatário, mas só que ultimamente ele já diz que é o proprietário. Muitas vezes a gente se pergunta por que fazem isso com a gente? Porque todo tempo nós tivemos aqui e as únicas pessoas que nos ajudou, como agir, como fazer acontecer alguma coisa e

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

como buscar nossos objetivos, foi a Igreja Católica, os padres, as irmãs, às vezes, as catequistas.

O pessoal doima ter veio fazer certos cursos com a gente aqui, como cuidar do solo, como desenvolver serviço agrícola. Com o passar do tempo mudou as coisas, seu Nelson veio com os projeto dele, começou a fazer vicinais dando acesso pra dentro da propriedade, entrou pelo km 4, saiu fazendo conexão aqui da beira até chegar na linha fundiária, tirando madeira da propriedade toda e a gente não sabe até hoje qual é o nosso direito e dever que temos diante de tantas situações, às vezes, a gente se acha desvalorizado, rejeitado e até humilhado porque trabalhamos aqui a vida toda. Hoje nós queremos um pedaço de terra pra que nós administre e a gente não tem. Nós não temos esse acesso, não sabemos. Muitas vezes recorremos ao IDAM, ao INCRA, ao ICMBIO mas, não conseguimos resposta positiva, que nós dê, assim, uma segurança do que nós temos. E o que eu quero dizer é que muitas vezes a gente se pergunta: quem está do nosso lado? E quem está contra nós? Porque nós só trabalhamos e o pouco que fazemos é investir, é plantar, é cultivar. Nunca a gente teve projeto de destruição, aqui é um patrimônio da natureza, sempre preservamos, tirando nossos recursos da selva, buscando nosso alimento nos lagos. SR.RODRIGUES RIBEIRO DE OLIVEIRA.

Na sexta e na sétima narrativa, os narradores-moradores sujeitos, sinalizam que os problemas estão relacionados a falta de Proteção ambiental contra o desmatamento e a devastação da terra. Como afirma Dona da Maria Conceição, “uma reivindicação muito importante é a fiscalização ambiental” contra os devastadores que não pertencem a comunidade e que estão desmatando de forma ilegal os recursos naturais pertencentes a comunidade.

Neste novo cenário, os agentes comunitários se articulam denunciando tais problemáticas e diversas situações sociais ao ICMbio para a solução dessa problemática, infelizmente suas demandas não são atendidas pela própria omissão do Estado como órgão fiscalizador.

A narrativa de Rodrigues Ribeiro de Oliveira, apresenta retalhos da história dos arredamento da terra e da forte influência que o senhor chamado Nelson de Vanaze detinha e detém sobre estas terras. Portanto, o que nos chama mais atenção, é o fato dos agentes comunitários das comunidades Paraizinho e Paraíso Grande não terem os direitos definitivos da posse de terras, que ora estão sendo devastadas ilegalmente, ora sendo arrendadas pelo suposto dono da terra.

Assim sendo, os agentes sociais das duas comunidades buscam compreender seus direitos e deveres pelo uso e usufruto da terra imemorial. Ao recorrer aos órgãos de

fiscalização como INCRA e ICMbio não conseguem respostas satisfatórias para a resolução dos conflitos, ao mesmo tempo que a regularização torna-se um problema social recorrente em suas vidas, em seu modo de trabalho tradicional.

Considerações Finais

Frente os problemas dos diferentes conflitos e as situações sociais envolvendo os comunitários do Paraizinho e Paraíso Grande pela posse da terra e pelo direito de uso comum dos recursos naturais, é cabido apresentar que os agentes comunitários sofrem outros problemas de cunho social e outros que permeiam a vida dos moradores.

Mediante esta realidade, as lutas diárias que as comunidades vêm sofrendo em relação ao saneamento básico, falta de posto de saúde e saúde coletiva, são problemáticas sociais que permeiam suas vidas. A falta de políticas fundiárias e a falta de implementação de Políticas Públicas para a amenizar tais realidades, reforça o abandono social no qual vivem as comunidades tradicionais na Amazônia.

Um dos problemas corriqueiros que os agentes comunitários sofrem é com as doenças causadas pela falta de água potável. Outro caso, é o deslocamento para cidade de Humaitá causa que transtorno quando se trata de problemas emergenciais de saúde, pois as comunidades não possuem postos de saúde para amenizar a situação vivida. Outro problema são as escolas abandonas pelo poder público, denotando um cenário extremamente precário na formação inicial das crianças.

Abaixo apresentamos um quadro de quatorze (14) reivindicações realizadas pelos moradores das comunidades Paraizinho e Paraíso Grande na tentativa de ser atendidas pelos órgãos competente da Cidade de Humaitá e pelo Estado:

- ❖ A documentação da posse da terra em nome da associação dos agricultores.
- ❖ Fiscalização ambiental contra o desmatamento ilegal nas terras da comunidade.
- ❖ Saneamento básico, água tratada e encanada.
- ❖ Posto de saúde e saúde coletiva.
- ❖ Um telefone público
- ❖ Uma escadaria para receber a Santa. A igreja precisa de bancos.
- ❖ Nós precisamos também de uma casa para eventos nas realizações da comunidade.
- ❖ Um parquezinho, um parque infantil para as crianças.
- ❖ Um enfermeiro de plantão porque nós precisamos.
- ❖ Água tratada, também é muito importante porque se água não for tratada dá muito doença ai nos rios através do (mercúrio) as coisas que eles derramam no Rio Madeira.

- ❖ Investimento do Estado para os Agricultores.
- ❖ A assistência técnica e a atuação da CONAB também na comunidade.
- ❖ Mais apoio ao pescador artesanal.
- ❖ Escola que atenda à educação infantil, ao ensino fundamental e educação de jovens e adultos com professores da própria comunidade.

Diante de todas as observações realizadas, compreendeu-se que a luta pelo direito da posse definitiva da terra e o uso comum dos recursos naturais são situações conflituosas vivenciadas pelos os agentes comunitários pertencentes daquelas comunidades.

Assim, o processo de construção das comunidades enquanto coletivos humanos de direito social e igualitário, não é algo considerado pronto e acabado, pode ocorrer mudanças significativas de acordo com as situações vividas por cada comunidade. Por fim, a comunidade se constrói pelo agrupamento de indivíduos que possuem características distintas, no entanto, constroem formas de fazer, criar e viver coletivamente e compartilham as mesmas perspectivas e dos mesmos aspectos sociais.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Contribuições de A. Acardo. et.al. 7. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2008.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**; seleção e introdução de Marcelo Dascal e Oscar Zimmermann. São Paulo: Perspectiva, 2008.

HOBBSAWN, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LEAL, Davi Avelino. **Conflitos pelo uso de recursos naturais, direitos e processos de territorialização no Rio Madeira (1880-1930)**. Dissertação de Mestrado, 2007. **Nova Cartografia Social da Amazônia**, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. – 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Regime tutelar e faccionalismo: política e religião em uma reserva Ticuna.** Manaus: UEA edições, 2015.

Redfield, Robert. **The Little Community e Peasant Society and Culture** (Chicago: University of Chicago Press, 1971), p.4.

TURNER, Victor. **Floresta de símbolos: aspectos do ritual ndembu.** Niterói: EDUFF, 2005.

_____. **Dramas, Campos, e metáforas: ação simbólica na sociedade humana.** Niterói: EDUFF, 2008.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia compreensiva.** Brasília: UNB, 1991.

WELCH, Clifford Andrew... [et al]. **Camponeses brasileiros.** São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimentos Rural, 2009.

Recebido: 10/7/2020. Aceito: 23/7/2020.

Autores

Klivy Ferreira dos Reis- Graduação em Letras pela Universidade Federal do Amazonas/Campus Humaitá-Am. Professor da Rede Pública de ensino. Email: klivy-nhoept@hotmail.com

Jordeanes do Nascimento Araujo -Doutor em Ciências Sociais pela UNESP. Professor de Antropologia no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente da Universidade Federal do Amazonas. Campus Vale do Madeira. Email: jordeanes@ufam.edu.br